

Reforma provoca pânico

De seu gabinete no terceiro andar do prédio do Ministério da Educação (MEC), a secretária de Ensino Superior, Vanessa Guimarães Pinto, tem um alerta a fazer ao colega Reinhold Stephanes, ministro da Previdência.

O fim da aposentadoria especial dos professores universitários proposto pelo governo — com apoio da CUT — na reforma da Previdência, segundo Vanessa, “resolve o futuro”, mas provoca a curto prazo uma perda de pessoal nada desprezível.

Entre tragos no cigarro *Free*, a ex-reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, explica que a medida “gerou uma absoluto pânico” entre seus parceiros acadêmicos, que não querem perder o que consideram um direito adquirido.

“Essa discussão precipitou, escandalosamente, professores — que têm direito pela lei anterior — a se aposentar sem vontade”, diz a

secretária, mostrando-se preocupada com o desenrolar da história.

No caso, a “lei anterior” é a que ainda está em vigor. Hoje, um professor universitário se aposenta com 30 anos de serviço (mulheres, 25), quando a maioria dos cidadãos tem que trabalhar 35 anos (mulheres, 30) para isso.

Aos que acreditam que o ensino superior se tornou o *patinho feio* do MEC depois que a educação básica virou prioridade nacional, ela avisa: “As universidades já têm seu lugar assegurado aqui”.

É verdade. Em 1995, o governo federal repassou R\$ 5,2 bilhões às 52 instituições de ensino superior — das quais 36 universidades — que mantém. Isso representou 57% das verbas destinadas à educação no ano passado.

Em 1996 não será diferente. Neste ano, o MEC pretende gastar com o ensino superior R\$ 5,4 bilhões.